



LOGIN
ASSINE A FOLHA
ATENDIMENTO

FOLHA DE S.PAULO

★ ★ ★ UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

QUARTA-FEIRA, 13 DE FEVEREIRO DE 2013 16H38

SÃO PAULO 26.9°C
OUTRAS CIDADES

Site

TEMAS DO DIA ESTRADAS RENÚNCIA DO PAPA CARNAVAL LIBERTADORES

CLASSIFICADOS TV FOLHA HORÓSCOPO ACERVO FOLHA

ÚLTIMAS NOTÍCIAS Dominicais do SBT alcançam vice-liderança na audiência

EN ES

colunistas

AA Maior Menor Enviar por e-mail Comunicar erros Link



joão pereira coutinho

Cartas da Europa

12/02/2013 - 03h00

Barrigas de aluguel, revisitadas

Recomendar 64 +1 2

O mundo é irônico: a coluna de hoje não era para ser a coluna de hoje. Era para ser outra, escrita dias atrás, depois de ler o excelente texto de Hélio Schwartzman sobre o uso e abuso de aviões não tripulados, os famosos drones, pelo presidente Barack Obama ("Guerra à distância", 6/2/2013).

No seu texto, Schwartzman questiona se é moralmente aceitável matar seres humanos, mesmo que inimigos, como se a guerra fosse um videogame.

A essa eu respondo: não é. Quer por razões de princípio, quer pelas consequências imprevisíveis da ação.

Começando pelas últimas, é provável que Obama tenha mandado abater mais de 3.000 indivíduos só no Paquistão com esses brinquedos aéreos.

Mas também é provável que só uma parte desses 3.000 sejam efetivamente jihadistas, o que significa que a matança de civis inocentes tem ocorrido com frequência.

Não quero imaginar o que o mundo diria se a polêmica dos drones ocorresse sob a

as últimas que você não leu

1. Os hits de maquiagem deste Carnaval
2. Procuram-se mulheres de verdade
3. Ousadias de um papa
4. Vício por comida
5. Economia

CURSOS ON-LINE



Inglês

presidência do caubói George W. Bush, que também os usou com mais moderação.

Mas sei que o problema dos drones não lida apenas com a dimensão dos "danos colaterais". Também lida com valores que são anteriores às consequências da ação: mesmo em situações de guerra deve existir uma certa "honradez" (não encontro outra palavra) entre soldados.

Transformar a guerra em videogame é, antes de tudo, um ato de covardia que deveria envergonhar qualquer militar.

A coluna de hoje não era para ser a coluna de hoje, repito. Mas eis que Hélio Schwartzman, sábado passado, me interpela diretamente com o seu "Leasing Uterino", uma crítica à minha crítica sobre as "barrigas de aluguel" ("É proibido proibir?", Ilustrada, 5/2/2013).

Schwartzman não concorda com a minha posição kantiana de que, ao alugar o útero de uma mulher pobre da Índia, os ricos do Ocidente estão na verdade a explorá-la.

A posição de Schwartzman pende para uma posição mais consequencialista --e aqui ele usa o "princípio do dano" de John Stuart Mill: "se um acordo é desejado pelas partes e não prejudica terceiros, não cabe ao Estado interferir".

Em teoria, Schwartzman tem razão --e eu subscrevo esse princípio. Acontece, porém, que o "princípio do dano" não se aplica às "barrigas de aluguel" por dois motivos.

Primeiro, porque existe uma parte terceira no acordo cujos interesses não foram tidos em conta.

Segundo, porque o "princípio do dano" só funciona quando reconhecemos que os indivíduos habitam o mesmo planeta (ou, como diria Stuart Mill, a mesma "comunidade civilizada").

Uma família afluyente do Ocidente rico e uma mulher pobre da Índia não habitam esse planeta. O acordo pode ser "voluntário"; a mulher indiana pode até ficar melhor do que anteriormente, como escreve Schwartzman.

Mas o ponto de partida é dramaticamente desigual. Há, por assim dizer, um "desequilíbrio de autonomias" que vicia esse acordo. É também por isso que "alugar os músculos por 12 horas diárias ao longo de toda a vida" é uma exploração e um crime. Mesmo que o dono desses músculos aceite alugá-los a um qualquer capataz vitalício.

Isso significa que as "barrigas de aluguel" deveriam ser permitidas entre iguais --por exemplo, entre uma mulher de classe média paulistana e uma mulher carioca do mesmo nível econômico e social?

Também não. Porque o "princípio do dano" não existe apenas para proteger a liberdade dos indivíduos; ele também procura acautelar os interesses de terceiros.

Schwartzman não encontra a parte prejudicada do acordo. E não aceita que a criança possa ser essa parte prejudicada ao descobrir que foi comprada como uma bolsa Louis Vuitton.

Aliás, o autor vai mais longe: se houver trauma, ele é "superável". Porque a alternativa, no fundo, seria nunca ter nascido.

Não sei em que se baseia Schwartzman para afirmar que todos os traumas são superáveis. Se assim fosse, desconflo que a taxa de suicídio no mundo baixaria consideravelmente.

Mas não é preciso sermos tão dramáticos. Porque basta que haja a possibilidade de dano, por mais "tolerável" que ele seja, para que o princípio respectivo exija intervenção do Estado.

LIVRARIA DA FOLHA



REFÚGIO DO OLHAR

Marcia Mello, Mauricio Lissovsky

Por: 90,00

COMPRAR



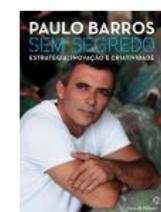
EXTRAORDINÁRIO

R. J. Palacio

De: 24,90

Por: 21,90

COMPRAR



SEM SEGREDO

Paulo Barros

De: 39,90

Por: 35,90

COMPRAR



AS SESSÕES

Cheryl T. Cohen Greene

Por: 29,90

COMPRAR



OS TRÊS IMPERADORES

Miranda Carter

De: 57,90

Por: 49,90

COMPRAR

DW-WORLD.DE
DEUTSCHE WELLE



Alemão

A Outra História do Mensalão



Para autor, julgamento foi contraditório, político e injusto.

De: 34,90

Por: 26,90

compre!

folhashop

Compare preços:

TV



Diversos modelos a partir de R\$ 649

Auto DVD Player



Equipe seu carro a partir de 10x de R\$ 30,30

Notebook | Home Theater | Mais...